

## **Processo Seletivo de Monitoria 2025**

### **Disciplinas: DIREITO CIVIL I E II**

### **PARÂMETRO DE CORREÇÃO**

#### **DIREITO CIVIL I:**

**QUESTÃO 1)** A prescrição é a perda da pretensão em virtude da inércia do titular no prazo legal. A decadência ou caducidade é a perda do direito potestativo em virtude da inércia do titular no prazo da lei ou do contrato. Assim, a prescrição só resulta de lei, mas a decadência pode resultar de lei (decadência legal) ou de contrato (decadência convencional).

Em regra, a prescrição se relaciona a direitos patrimoniais. Já a decadência se relaciona a direitos potestativos.

O prazo prescricional pode ser impedido, suspenso e interrompido.

Os prazos decadenciais são fatais, exceto quando a lei estabelecer de modo diferente. Os prazos prescricionais se relacionam a ações condenatórias. Os prazos decadenciais se relacionam a ações desconstitutivas.

Na inexistência de prazo prescricional, se utiliza o prazo geral de dez anos.

Na inexistência de prazo decadencial, se utiliza o prazo de dois anos.

**QUESTÃO 2)** A imagem atributo diz respeito à forma como a pessoa é percebida socialmente, englobando aspectos como postura, vestuário e comportamentos que constituem sua identidade. Essa imagem é protegida para evitar distorções que possam prejudicar a reputação ou a

honra

da

pessoa.

Por outro lado, a imagem-retrato é uma representação visual concreta, geralmente capturada em fotografias ou vídeos. Essa forma de imagem é especialmente relevante em contextos de uso comercial, artístico ou midiático, onde o consentimento para sua divulgação é crucial.

Ambas as imagens têm proteção legal. A imagem atributo relaciona-se com a integridade da identidade e com a honra, enquanto a imagem- retrato trata do direito ao controle sobre a própria representação visual e à privacidade.

## **DIREITO CIVIL II:**

**QUESTÃO 1)** O avaliado deverá dissertar sobre o que significa boa-fé obrigacional, sinalizar os artigos do princípio da boa-fé no CC/02, ou seja, o art. 113 e 421. Distinguir a boa-fé objetiva e subjetiva. Exemplificando-as e explicando a sua aplicação no direito civil brasileiro, que também absorveu o princípio da boa-fé do nosso segmento.

**QUESTÃO 2)** O avaliado deverá esclarecer sobre o exercício do direito de escolha no segmento das obrigações incertas, apontando o momento contratual e o caráter supletivo que favorece o devedor.

**QUESTÃO 3)** O avaliado deverá distinguir obrigação solidária de indivisível e deverá sinalizar explicando que a obrigação indivisível altera o seu contexto quando se converte em perdas e danos e a obrigação solidária persiste.

**QUESTÃO 4)** O avaliado deverá discriminar as fontes previstas em lei e na doutrina, tais como promessa de recompensa, pagamento indevido, boa-fé, dentre outras.